

O “BALDIO DO SABUGAL” - PROCESSO DE COLONIZAÇÃO E EVOLUÇÃO DO USO DO SOLO

Adélia Nunes¹

1- Introdução

Historicamente, se recuarmos cerca de um século e meio, não obstante os múltiplos esforços com vista a agricultar o país, tudo leva a crer que a paisagem rural fosse dominada pela presença de incultos.

A carta que acompanha o “*Relatorio Acerca da Arborisação Geral do Paiz*” relativa ao ano de 1865, representativa dos terrenos cultivados e incultos de Portugal, mostra de forma evidente a enorme extensão das áreas incultas, avaliadas em cerca de 5 milhões de hectares. No referido Relatório aparece bem patente o enorme interesse manifestado pelo Estado com vista à resolução do “problema dos incultos”.

As primeiras estatísticas sobre a ocupação do solo, datadas de 1875, são igualmente peremptórias quanto à escassez de terrenos agrícolas, por abrangerem apenas 30% da área total, e quanto à fraca ocupação florestal do Reino de Portugal, por englobar aproximadamente 10% do território. A superfície inculta terá sido computada, nessa altura, em 3973000 ha, ou seja aproximadamente 50% do espaço nacional.

Na sequência destas constatações, multiplicaram-se as medidas com o intuito de “fomentar” a expansão da área agrícola e florestal do nosso país, apoiadas numa concepção ruralista do desenvolvimento nacional. Entre as múltiplas medidas adoptadas salienta-se a promoção de “agrupamentos de agricultores” que, com disponibilidades em gado, máquinas e alfaias, cultivassem os “terrenos baldios”, símbolo máximo do desaproveitamento agrícola nacional.

Como referem Radich e Alves (2000) no centro da questão dos incultos esteve sempre, mais ou menos claramente, a questão dos baldios, tanto pelo respectivo subaproveitamento como pelos direitos de propriedade. Explorados, essencialmente, para fins silvopastoris, por se tratarem de “terrenos incultos ou maninhos”, em regime comunitário, estes viriam a ser classificados como “bens comuns” pertença das autarquias locais. O interesse pelo seu conhecimento e controlo determinaram, inclusive, a criação de

¹ - Instituto de Estudos Geográficos, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Tel. 239859900, Fax. 239836733, adelia.nunes@ci.uc.pt

instituições (Divisão dos Baldios, Incultos e Colonização em 1925 e Junta de Colonização Interna, 1936) que visavam potenciar o seu aproveitamento.

E na realidade, as medidas aplicadas revelaram-se particularmente eficazes pois bastaram apenas algumas décadas para que os incultos fossem praticamente liquidados como categoria, para passarem a integrar-se na classe agrícola.

No entanto, a partir da década de 60 do século passado desencadearam-se um conjunto de alterações, socioeconómicas e geodemográficas, cujas repercussões mais visíveis se manifestaram num acelerado despovoamento das regiões rurais e num abandono das actividades agrícolas. Hoje, a área de incultos a nível nacional é avaliada em cerca de 1/3 do território.

Neste trabalho pretende-se fazer um breve enquadramento geohistórico dos baldios do continente, efectuando-se de seguida uma abordagem ao processo de colonização do “baldio do Sabugal” (freguesia e concelho do Sabugal) e às mudanças operadas no uso do solo e cobertura vegetal. Será colocado particular ênfase nas mutações ocorridas na segunda metade do século passado, problematizando-se de seguida alguns dos potenciais efeitos (vegetação, solo e recursos hídricos) decorrentes do abandono das actividades agrícolas e ampliação das áreas incultas.

2- Os baldios de Portugal: alguns aspectos geohistóricos

De acordo com designação constante no *Reconhecimento dos Baldios do Continente* (1939), baldios correspondem a “*terrenos de logradouro comum dos povos e que se encontram sob a jurisdição administrativa de municípios ou de freguesias*”, correspondendo a “*terras incultas, matos maninhos ou matos e bravios que nunca foram aproveitados ou que não há memória de homem que o fossem*”.

Neste contexto, os baldios referem-se a terrenos não individualmente apropriados, destinados a servir de logradouro comum dos vizinhos de uma povoação ou de um grupo de povoações. Esses logradouros comuns eram utilizados na apascentação dos gados, na roça de mato ou lenha, apanha de estrume, fabrico de carvão, extracção de barros ou proveitos análogos. Até ao século XIX, terrenos baldios eram sinónimo de terrenos incultos, bravios ou improdutos.

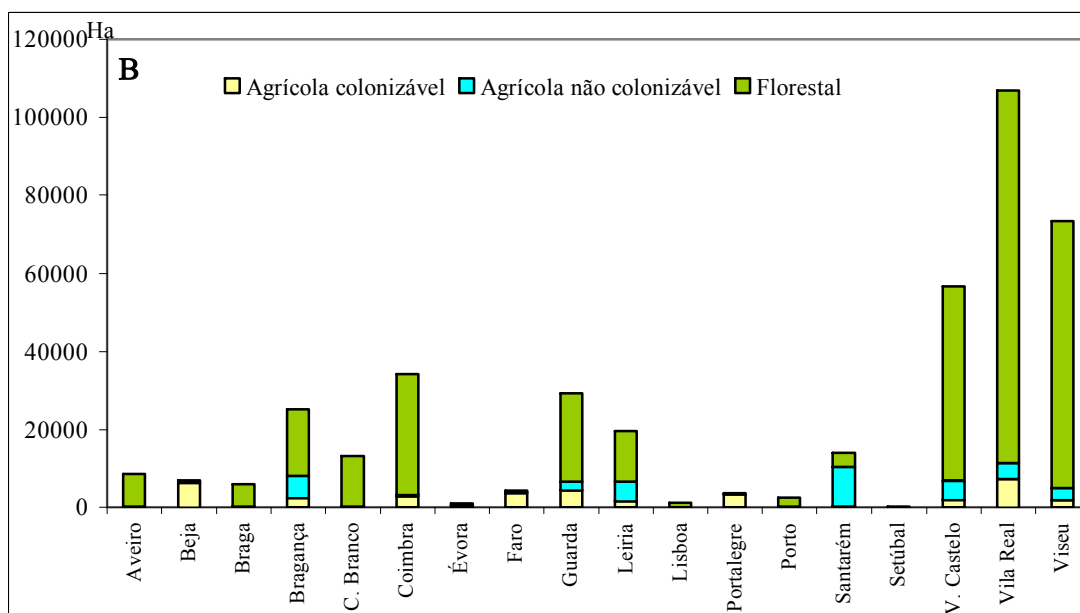
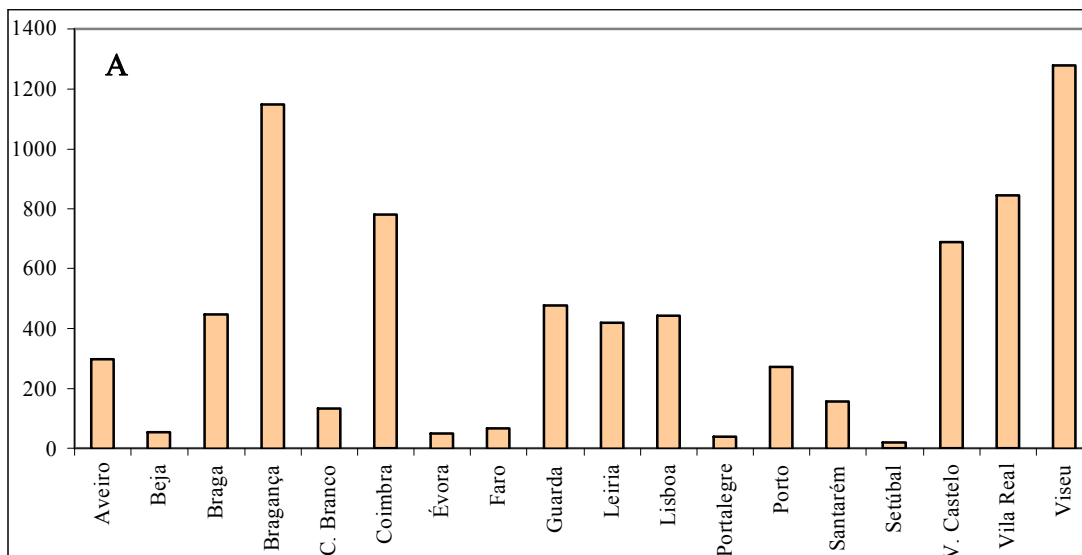
Computados como “*estigma de atraso*” mas também como mito ou “*promessa de fortuna*” (Gomes *et al.*, 1945), foi grande a insistência na necessidade de aproveitar esses

terrenos para a prática da agricultura, pois só desta forma podiam contribuir para a riqueza nacional. Surgiram, na sequência, um conjunto de providências legislativas no sentido de proceder ao arrolamento dos baldios, com a respectiva determinação da aptidão cultural de cada um e, eventual, partilha em glebas dos que evidenciassem potencialidades para a prática agrícola.

Depois da múltipla legislação (com algumas leis a serem promulgadas em 1774, 1804, 1815, 1850, 1869, 1918, 1921), terá sido no Código Administrativo de 1936-1940 que se recolheu e sistematizou o essencial das leis vigentes no que toca aos baldios. Com o Decreto-Lei nº 27207 de 16 de Novembro de 1936 era instituída a Junta de Colonização Interna, cujos objectivos eram o de reconhecer os baldios do continente e estudar o seu aproveitamento. Três anos mais tarde, em 1939, era publicado o primeiro inventário geral sob o título *Reconhecimento dos Baldios do Continente*, sob a forma de 3 volumes, seguido, em 1941, do *Plano geral de aproveitamento dos baldios reservados*, repartido por 4 volumes.

No inventário de 1939, realizado sob a égide da Junta de Colonização Interna, aparecem identificados em território continental 7638 baldios, com uma área total de 407.5 mil hectares. Em termos percentuais, representavam 4.6% da superfície nacional. Do conjunto de terras baldias, 81.5% era susceptível de aproveitamento florestal (332367ha) e os restantes 18.5% aparecem classificadas com aproveitamento agrícola, subdividindo-se em agrícola colonizável (37152ha) e agrícola não colonizável (37381ha).

Geograficamente, era nas antigas províncias do Minho, Trás-os-Montes e Beira que se concentravam o maior número de baldios (figura 1A) e em cujas superfícies eram mais vastas (figura 1B). Nos distritos de Viana do Castelo e Vila Real a respectiva área ultrapassava $\frac{1}{4}$ do território total, enquanto em Viseu abrangia os 14.7%. Nos restantes distritos o correspondente peso percentual situava-se abaixo dos 10%, sendo que em alguns, como é disso exemplo Évora, Beja, Portalegre, Setúbal, Lisboa e Faro, todos localizados a Sul do rio Tejo, a sua extensão era, tanto em termos absolutos como relativos, insignificante.



(Fonte: *Reconhecimento dos Baldios do Continente*, 1939)

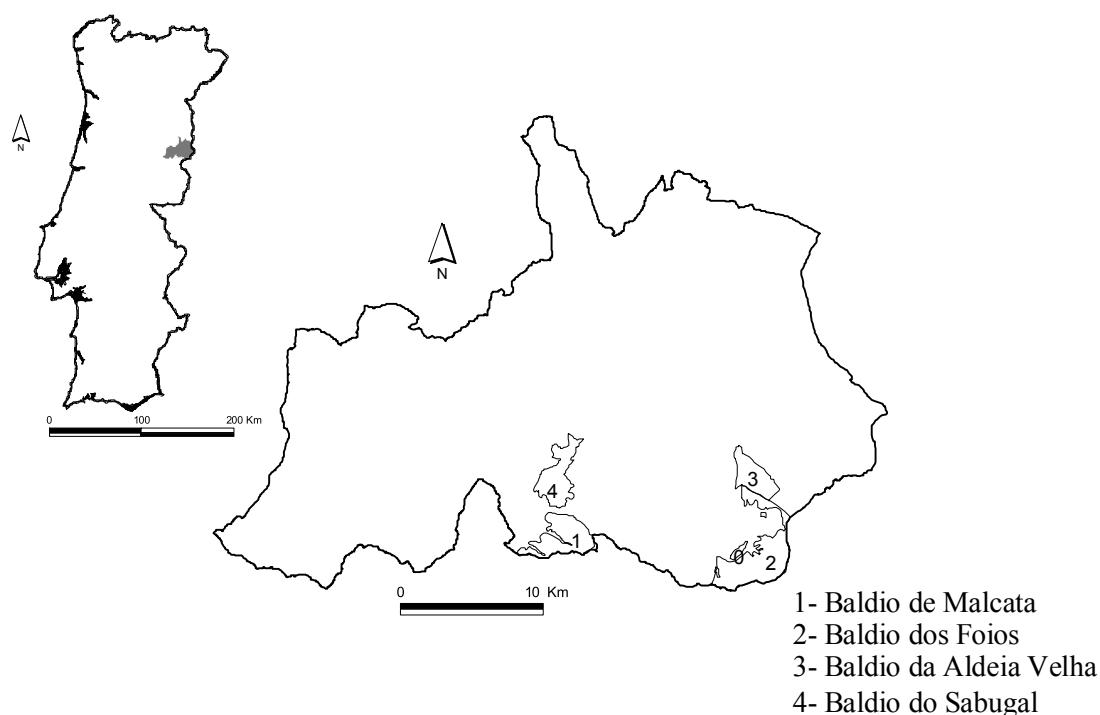
Figura 1: Distribuição dos baldios do continente em 1939. A- Número de baldios por distrito; B- Área total dos baldios (em hectares) e respectivo aproveitamento

3- O Baldio do Sabugal

3.1- Processo de colonização do baldio das “Peladas -Vale da Madeira”

No município do Sabugal, a Junta de Colonização Interna identificou e descreveu 27 baldios com uma área total de 6 mil hectares, o que equivale em percentagem a mais

de 7% do território. Entre os mais importantes, pela sua dimensão espacial, salientam-se os de Aldeia Velha, Malcata, Fóios, Sabugal e Quadrazais (figura 2 e quadro 1). Contrariamente ao registado pela generalidade dos baldios nacionais, em que a aptidão se revelou essencialmente florestal, neste caso o potencial aproveitamento surge, em 61% do total, como agrícola.



(Fonte: *Plano Geral de Aproveitamento dos Baldios Reservados, Vol. IV, 1941*)

Figura 2: Localização dos principais baldios do concelho do Sabugal

Quadro 1: Superfície e aptidão dos principais baldios do Sabugal (em ha)

| | Uso agrícola | Uso Florestal | Área Total |
|-------------------------------|--------------|---------------|---------------|
| Aldeia Velha | 400 | 200 | 600 |
| Malcata | 644 | 236 | 880 |
| Fóios | 316 | 1111 | 1427 |
| Sabugal | 650 | 31,4 | 681,4 |
| Quadrazais² | 1496 | 670 | 2166 |
| Total | 3506 | 2248,4 | 5754,4 |

(Fonte: *Plano Geral de Aproveitamento dos Baldios Reservados, Vol. IV, 1941*)

²- Por não se encontrar cartografado no *Plano geral de aproveitamento dos baldios reservados* não aparece representado na figura 2.

Destes baldios, o do Sabugal, também denominado de baldio das “Peladas - Vale da Madeira”, com uma área de 681.4ha, viria a sofrer um processo de colonização, com a consequente instalação de 39 casais agrícolas (figura 3). Para a constituição dos casais e dos respectivos terrenos a explorar, cerca de 7ha, foi tida em conta a carta de aptidão cultural, de forma a respeitar tanto quanto possível a percentagem de solos integrados nas diferentes categorias³.

Com esta medida procurou-se obviar eventuais desigualdades na rentabilidade das várias glebas, tendo sido atribuídas a cada casal tipo solos das várias categorias. Por conseguinte, cada exploração agrícola poderia ser composta por mais de uma parcela, como se pode observar no mapa da figura 3⁴. No total, a colónia agrícola de *Martim Rei* viria a ocupar uma área de 321. 5ha.

Atendendo às três categorias de solos susceptíveis de aproveitamento agrícola, estabeleceram-se vários tipos de cultura, em sistema de rotação, muito embora a de cereais de sequeiro, com especial destaque para o centeio, fosse a dominante. Em simultâneo ao processo de instalação dos casais, foram dispensadas outras parcelas para serem arroteadas e cultivadas com centeio.

Não obstante, o processo efectivo de colonização deste baldio, à semelhança do registado no decurso da arborização e pastoreio das serras da Beira, não foi nada tranquilo. Se os conflitos na arborização dos baldios serranos foram eximamente caracterizados no romance *Quando os lobos uivam* de Aquilino Ribeiro, em 1958, no caso do baldio do Sabugal também o Regente-agricola, Cláudio Costa Gonçalves, sofreu algumas represálias, das quais se dão conta, através de um relatório que enviou à Junta de Colonização Interna.

Com a data de 31 de Agosto de 1939, o relatório das referidas manifestações de protesto são apresentadas nos seguintes termos: “*cumpre-me e tenho a honra de comunicar os factos, ocorridos ultimamente na vila do Sabugal, que tinham como fim impedir os trabalhos que se estão realizando no baldio das Peladas*”. Acrescenta que

³- As categorias identificadas foram as seguintes: Série Tablado (solos de tipo argilo-arenoso, estendem-se pelas baixas e encostas suaves), Série Granja (solos de tipo argilo-arenoso, corresponde a terrenos das zonas altas mas de fraco declive), Série Martim-Rei (solos argilosos – aluviais, de fundo de vale) e a Série Cabecinhos (solos de tipo argilo-arenoso, domina nos cabeços e encostas de maior declive). As três primeiras séries foram classificadas como susceptíveis de aproveitamento agrícola.

⁴- Além dos terrenos de cultivo faziam parte da exploração agrícola uma junta de vacas, três ovelhas e um suíno. Atendendo às necessidades do casal foi fornecido o seguinte material: 1 carro, uma charrua, 1 grade, 1 semeador, 1 cultivador, 2 enxadas, 2 pás, 2 sachos, 2 forquilhas, 2 ancinhos, 4 foices e 1 gadanha. As construções associadas a cada casal eram idênticas e compunham-se por uma casa de habitação, um estábulo, uma pocilga, um galinheiro, uma coelheira e outros anexos.

“sempre notei uma má vontade da parte dos trabalhadores rurais (...) encontrando-se grupos isolados que protestam e inúmeras vezes tentei convencê-los da verdade (...)”.

Todavia o golpe decisivo terá sido preparado no dia 29 de Agosto de 1939 quando “por cerca das 10h e 30m da noite, ao toque de apitos, reuniram-se cerca de 400 indivíduos, armados de machados e diversos utensílios agrícolas e marcharam para casa do secretário da câmara, que por felicidade aí se não encontrava”. Mais tarde “pessoas de bem, desviaram-me, sobre protesto de passeio, do local para onde se dirigia a turba amotinada e impediram que eu comparecesse perante essa multidão que, com gritos e frases ameaçadoras, reclamavam a minha presença”.



(Fonte: *Projecto de Colonização do Baldio de Sabugal – Peladas*, 1937)

Figura 3- Implantação dos casais e respectivas parcelas de exploração

Com efeito, os terrenos baldios das Peladas e do Vale da Madeira constituíam logradouro comum da freguesia do Sabugal. Em Meados do século XVIII, encontrar-se-iam, segundo o Projecto de Colonização do Baldio do Sabugal, uniformemente cobertos de moitas de carvalho pardo (*Quercus tozza*), cuja folha era utilizada para alimento do gado. Desta forma, os habitantes da vila do Sabugal, da povoação da Torre e das quintas circundantes desfrutavam desses terrenos para corte de lenha e, principalmente, para

apաստentação dos gados. Desempenhava, nessa altura, uma importante função social pois das cerca de 730 famílias residentes na freguesia, em plena década de 30 do século XX, 350 usufruíam deste espaço.

No entanto, os trabalhos de arroteamento terão prosseguido, sobretudo pela necessidade de alimentar uma população em nítida expansão.

3.2- Mudanças no uso do solo

A intensificação agrícola que se operou, tanto pela instalação dos 39 casais como pela cedência de parcelas a outros agricultores, levou a que em meados da década de 60, segundo a Carta Agrícola e Florestal de Portugal, praticamente todo o baldio se encontrasse cultivado. O mapa da figura 4 mostra a importância que a agricultura desempenhava nesse espaço, pois os terrenos cultivados abrangiam aproximadamente 75% do território. A área ocupada pela floresta rondava os 19%, enquanto as áreas incultas tinham, praticamente, desaparecido.

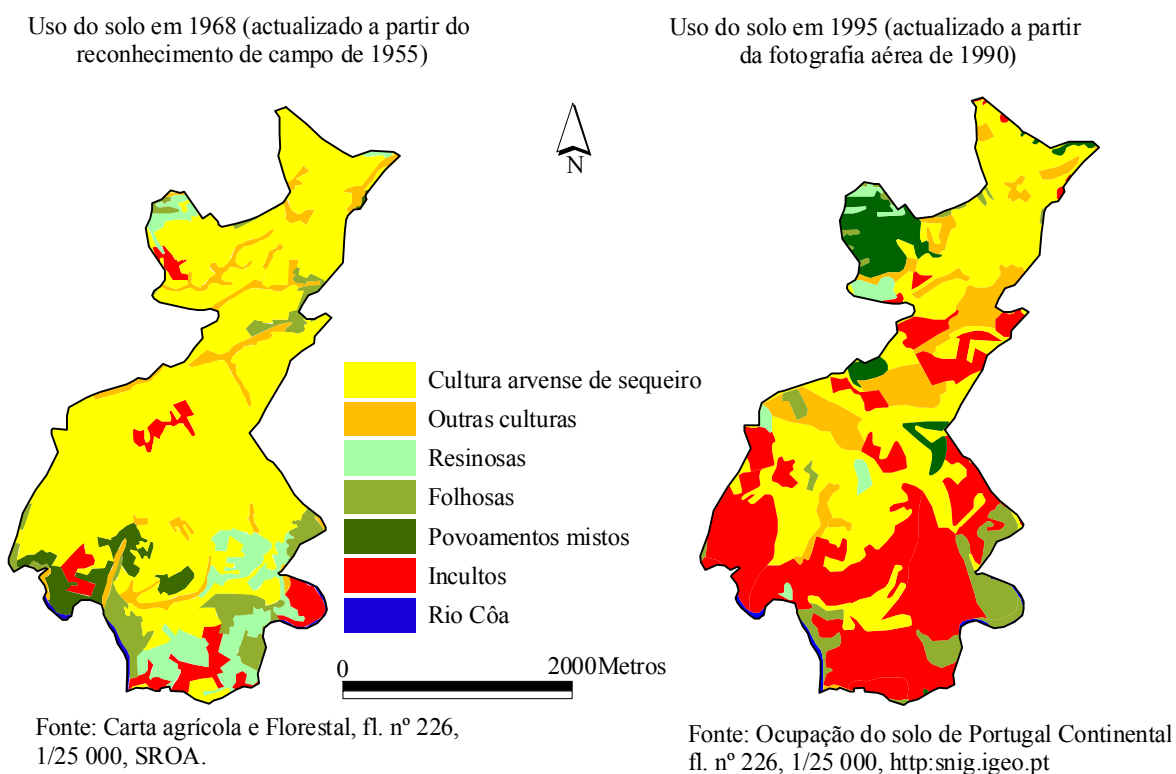


Figura 4: Evolução do uso do solo no Baldio do Sabugal

Quadro 2: Evolução do uso do solo no baldio do Sabugal (quadro síntese).

| | 1968 ⁵ | | 1995 ⁶ | |
|------------------------------------|------------------------|------------|-------------------|------------|
| | Ha | % | Ha | % |
| Cultura arvense de sequeiro | 523 | 68 | 295 | 39 |
| Outras culturas | 48 | 6 | 81 | 11 |
| Resinosas | 63 | 8 | 16 | 2 |
| Folhosas | 52 | 7 | 48 | 6 |
| Povoamento Misto | 30 | 4 | 47 | 6 |
| Incultos | 45 | 6 | 275 | 36 |
| Rio Côa | 4 | 1 | 4 | 1 |
| Total | 765⁷ | 100 | 765 | 100 |

Não obstante, a análise comparativa dos usos do solo da década de 60 com a ocupação mais recente, com a data de 1995, revela importantes alterações (quadro2), das quais se destacam:

- a) Significativo decréscimo do espaço destinado à cultura arvense de sequeiro (cereais) (- 29%);
- b) Forte incremento das áreas incultas (+30%);
- c) Acentuada regressão dos povoamentos de resinosas, com especial realce para o pinheiro bravo, que passou a ocupar uma ínfima parte deste território (-6%);
- d) Ligeiro incremento dos povoamentos mistos (+2%).

A legítima procura de melhores condições de vida pelos habitantes desta região, com o conseqüente esvaziamento demográfico, numa primeira etapa, e as políticas do *Set aside*, promovida pela União Europeia, numa segunda fase, terão contribuído para que se processassem uma série de alterações territoriais, cujas repercussões mais visíveis se traduziram numa expansão dos incultos.

Desta forma, o alastramento das áreas incultas onde se integram, segundo a Carta de Ocupação do solo de 1995, a vegetação arbustiva, as pastagens naturais pobres, as zonas incendiadas e outras, é o traço mais visível do abandono, quer agrícola quer humano, das

⁵- Fonte: Carta Agrícola e Florestal, Fl. n° 226, escala 1/25 000, Serviço de Reconhecimento e de Ordenamento Agrário (SROA).

⁶- Ocupação do solo de Portugal Continental, Fl. n° 226, escala 1/25 000; <http://www.snig.igeo.pt>

⁷- Este valor, de 765ha, engloba a Quinta das Teixedas, com cerca de 84ha, a qual se localiza no interior do baldio. Esta terá sido apropriada nos finais do século XIX, pois no momento de inventariação dos baldios já se encontrava ocupada por descendentes dos antigos proprietários.

regiões rurais em crise, como é disso exemplo a área em análise, mas também todas as regiões do Interior Centro, Norte e Sul de Portugal.

Assim, se no passado os terrenos incultos pertenciam a uma reserva de terras ainda por desbravar ou a pousios bastante prolongados, na actualidade são, essencialmente, o reflexo do abandono físico e humano das áreas rurais.

No esquema da figura 5 sistematiza-se, de uma forma simples, algumas das etapas transcorridas neste espaço, as quais se relacionam de forma evidente com a maior ou menor pressão do Homem em relação ao recurso solo.

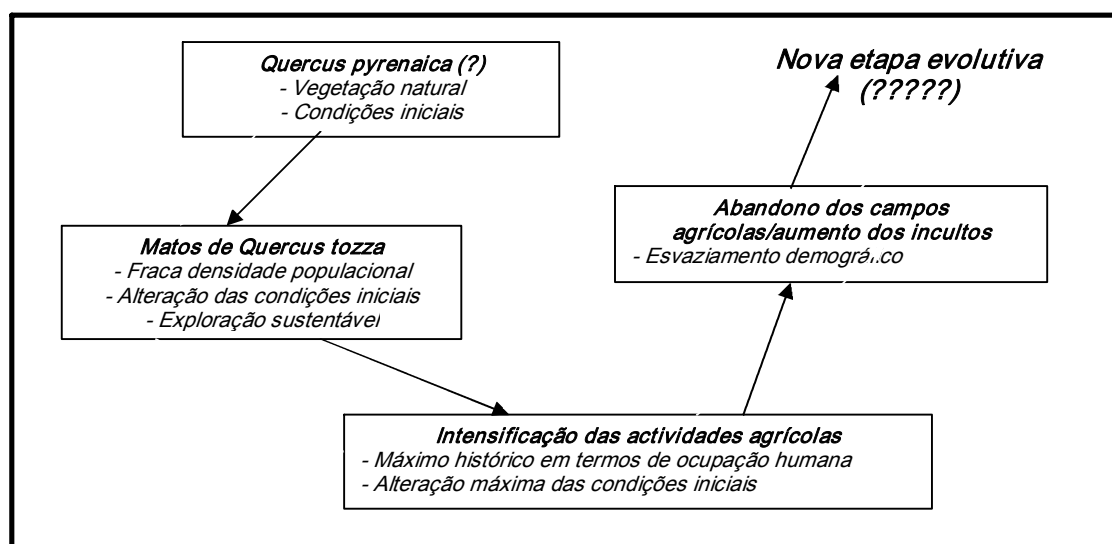


Figura 5: Etapas evolutivas desde a vegetação natural (?) até ao abandono dos campos cultivados

A floresta terá sido a formação vegetal que, em equilíbrio com as condições climáticas e edáficas, cobriria as planícies, os planaltos baixos, o andar montanhês das serras e as margens dos rios (Albergaria, 1991). Assim, uma floresta caducifólia, constituída principalmente por *Quercus pyrenaica*, distribuir-se-ia por toda a região plantáltica da Beira Interior Transmontana e Trás-os-Montes. Em equilíbrio com as condições edafoclimáticas, terá sido substituída por vastos matagais, em consequência do incremento da pressão antropozooecénica. No entanto, num cenário de baixas densidades populacionais associadas a uma actividade pastoril pouco expressiva, as agressões sobre o meio não seriam excessivamente fortes.

De facto, a máxima alteração das condições iniciais terá coincidido com o apogeu do ponto de vista demográfico, registado nas décadas de 50-60. A par deste máximo histórico, em termos de ocupação humana, registou-se igualmente um auge em termos

agrícolas, em particular no que se refere à utilização da terra para prática da agricultura. Em simultâneo, ter-se-á assinalado um valor máximo de cabeças de gado, sobretudo miúdo. Nunca a pressão sobre este território terá sido tão intensa, promovendo um conjunto de alterações físico-naturais significativas face a uma etapa inicial.

Com as migrações internacionais e inter-regionais, e consequente esvaziamento demográfico do território, assiste-se a um abandono massivo das actividades agrícolas e ao forte incremento das áreas incultas. Surge uma nova etapa de evolução.

3.3- Uma nova etapa de evolução

Quais as implicações do abandono dos campos de cultivo e ampliação das áreas de incultos têm no Ambiente, especialmente em 3 das suas esferas: solo, água e vegetação?

Na actualidade, ainda pouco se sabe sobre esta nova etapa, pelo menos nesta área. Uma das consequências mais visíveis ocorreu em termos paisagísticos; a uma paisagem fortemente humanizada, pela extensão dos campos cultivados, com muros relativamente estruturados e alguns retalhos de floresta, sucedeu uma paisagem mais homogénea, sobretudo pela continuidade espacial da cobertura vegetal, predominantemente arbustiva.

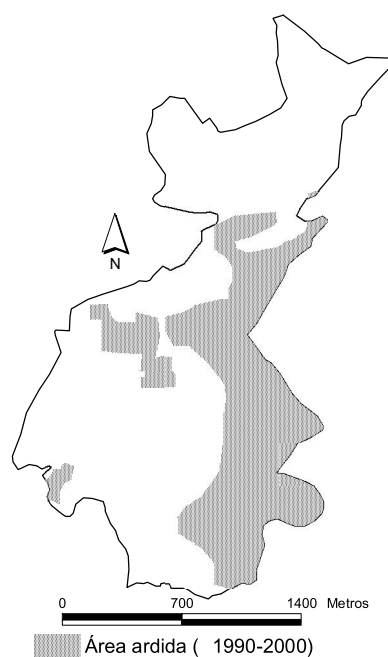


Figura 5: Área percorrida pelo fogo entre 1990 e 2000.

Decorrente da crescente disponibilidade e continuidade espacial de combustíveis vegetais, assistiu-se a um aumento significativo das áreas ardidas. Na área correspondente ao baldio⁸, só na década de 90, queimaram-se aproximadamente 300 hectares (figura 5). No município do Sabugal, um dos mais flagelados a nível nacional arderam, em média, nestas duas últimas décadas (1980-2000), 3754 ha/ano.

Nestas circunstâncias, torna-se importante acompanhar, compreender e gerir as mudanças no uso do solo e cobertura vegetal. Torna-se necessário encetar esforços no sentido de avaliar os efeitos que o abandono dos campos de cultivo podem ter no processo de colonização vegetal (densidade e diversidade de espécies), na evolução das propriedades edáficas (estrutura dos agregados, componentes físico-químicas, humidade do solo, dinâmica microbiana), na resposta hidrológica (escoamento superficial, infiltração, evapotranspiração) ou nos processos geomorfológicos (perdas de solo por erosão hídrica).

Só deste modo, se poderá dispor de um conjunto de informações mais detalhadas sobre a forma como esses terrenos poderão ser integrados nos modelos de ordenamento regional, essencialmente perspectivados para um desenvolvimento sustentável.

4- Conclusão

A nova Política Agrícola Comum (PAC) reconhece à agricultura um papel fundamental, em especial na preservação da paisagem e dos espaços naturais bem como na revitalização das áreas rurais. Um dos seus principais propósitos é manter os territórios rurais vivos, através do desenvolvimento da sua economia e valorização dos seus recursos específicos. Por conseguinte, têm sido múltiplos os instrumentos destinados à promoção de uma agricultura sustentável, com a introdução de um conjunto de medidas, denominadas de agro-ambientais, cuja aplicação incide prioritariamente nas zonas desfavorecidas. A atribuição de apoios aos agricultores visa, essencialmente, a adopção de

⁸- De referir que o baldio deixou de existir após o 25 de Abril de 1974, altura em que se processou a privatização (ou apropriação) desses terrenos.

formas de exploração das terras agrícolas compatíveis com a protecção e a melhoria do ambiente, da paisagem e das suas características, dos recursos naturais, dos solos e da diversidade genética.

Curiosamente, o problema da agricultura e a questão dos incultos, que tantas discussões alimentaram e tantos documentos produziram no decurso de todo o século passado, continuam patentes na actualidade. Diferem, no entanto, os objectivos e as estratégias de actuação perante cenários demográficos, conjunturas económicas e dinâmicas territoriais completamente diferentes.

Assim, numa retrospectiva à primeira metade do século passado, torna-se evidente a premência em debelar os incultos através da ampliação da área agrícola e florestal. Procurava-se, neste período, dinamizar o desenvolvimento nacional (numa perspectiva essencialmente ruralista do progresso), alimentar uma população em nítida expansão e esbater o estigma de atraso, associado ao excessivo peso dos incultos.

Hoje, a agricultura procura ser competitiva em aliança com um desenvolvimento rural sustentável. Entre as medidas preconizadas salientam-se a promoção de uma agricultura biológica, aplicação boas práticas agrícolas como a mobilização mínima, a expansão de sistemas forrageiros extensivos, a preservação de bosquetes ou maciços arbustivo-arbóreos com interesse ecológico-paisagístico, ou a manutenção de raças autóctones. A reflorestação de terras agrícolas, outras das valências da nova PAC, tem como objectivo a expansão florestal em terras agrícolas, em vias ou recentemente abandonadas, com arborizações de qualidade e ambientalmente bem adaptadas.

Um facto é certo. O espaço rural português, em especial o das áreas mais afastadas dos grandes eixos de desenvolvimento, debate-se com uma infinidade de problemas para os quais não se vislumbram soluções fáceis. Ficam aqui referenciados apenas alguns: baixas densidades populacionais, forte envelhecimento da população, infra-estruturas rodoviárias insuficientes, abandono dos campos agrícolas, incêndios florestais, erosão de solos, entre muitos outros.

Referências bibliográficas

Albergaria, M. E. (1992) - “A vegetação e os solos”. *Portugal Moderno - Geografia*, Edições Pomo, Lisboa, pp. 63-75.

Cerdà, A., Alvarez, A. G., Cammeraat, L. H., Imeson, A.C. (1994) - “Agregación del suelo en una catena afectada por el abandono del cultivo en la cuenca del Guadalentín (Murcia). I. Estabilidad y distribución de los agregados del suelo”. *Efectos Geomorfológicos del Abandono de Tierras*. Sociedad Española de Geomorfología, Zaragoza, pp. 9- 19.

Enciclopédia Luso-Brasileira (1965) - Editorial Verbo.

Gomes, M. A., Barros, H., Caldas, E. C. (1945) - *Evolução da agricultura portuguesa entre as duas Guerras Mundiais*. Lisboa.

Junta de Colonização Interna (1937) - *Projecto de colonização do Baldio de Sabugal (Peladas)*. Ministério da Agricultura, 124 p.

Junta de Colonização Interna (1939) - *Reconhecimento dos Baldios do Continente*. Ministério da Agricultura, Vol. I, Imprensa Portugal-Brasil, 189 p.

Junta de Colonização Interna (1939) - *Reconhecimento dos Baldios do Continente*. Ministério da Agricultura, Vol. II- Parte II, Imprensa Portugal-Brasil, 1022 p.

Junta de Colonização Interna (1941) – *Plano Geral de Aproveitamento dos Baldios Reservados*. Ministério da Economia, Vol. I, Imprensa Portugal-Brasil, 36 p.

Junta de Colonização Interna (1941) – *Plano Geral de Aproveitamento dos Baldios Reservados*. Ministério da Economia, Vol. IV, Imprensa Portugal-Brasil, 135 p.

Radich, M. C., Alves, A. M. (2000) - *Dois séculos de floresta em Portugal*. Edição Celpa, Lisboa, 226 p.

Ribeiro, C., Delgado, N. (1868) - *Relatorio Acerca da Arborisação Geral do Paiz*. Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias (+ carta dobrada, em anexo)

Ribeiro, A. (1958) - *Quando os lobos uivam*.

Serrão, J. (Dir.) (1981) - *Dicionário da História de Portugal*. Vol. (Abadágio-Castanheira) Livraria Figueirinhas/ Porto.